



PPGCCA
Programa de
Pós-graduação
em Gestão de Recursos
Humanos e Administração

ISSN: 1983-6635



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

MULHERES COM DOENÇAS MENTAIS E CARREIRA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

WOMEN WITH MENTAL ILLNESSES AND CAREERS: SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

BIANCA SPODE BELTRAME

Mestre em Gestão de Recursos Humanos (UCES, BB.AA./UFRGS)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7906-5362>
E-mail: bianca.beltrame@ufsm.br

MARCOS VINICIUS DALAGOSTINI BIDARTE

Mestre em Administração (UNIPAMPA)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5545-3969>
E-mail: bidarte.vinicius@gmail.com

MARIA BEATRIZ RODRIGUES

PhD in Development Studies (Sussex University, U. K.)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3529-9009>
E-mail: beatriz.rodrigues@ufrgs.br

Submissão: 26/02/2023. Revisão: 05/10/2023. Aceite: 20/10/2023. Publicação: 20/10/2023.

Como citar: Beltrame, B. S., Bidarte, M. V. D., Rodrigues, M. B. Mulheres com doenças mentais e carreira: revisão sistemática da literatura. *RGO - Revista Gestão Organizacional*, 16(2), 135-154. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v16i2.7549>.

RESUMO

Objetivo: Estimativas da Organização Mundial da Saúde demonstram que em torno de 450 milhões de pessoas preenchem critérios para o diagnóstico de algum tipo de doença mental; 80% vivem em países de média e baixa renda, sendo as mulheres a maioria. Este estudo se propõe a verificar como a temática saúde mental e desenvolvimento de carreira de mulheres vem sendo pesquisado e como o estigma das doenças mentais impacta na inserção no mercado de trabalho e no desenvolvimento da carreira de mulheres, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Método/abordagem: Foram utilizados estudos sobre carreira, gênero, doenças mentais e estigma. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura, analisando artigos indexados na SciELO, Spell, Scopus e Web of Science, seguindo o método Prisma.

Principais Resultados: A produção acadêmica está circunscrita às áreas da Medicina e Psicologia e às instituições do Norte Global. Os artigos apontam que o desconhecimento restringe oportunidades de inclusão social de mulheres com doenças mentais; sendo o acesso à informação um instrumento de fomento do respeito no trabalho.

Contribuições teóricas/práticas/sociais: O trabalho contribui para a realização e autonomia de mulheres com doenças mentais; a redução do estigma; além de ser condição para a garantia dos direitos humanos e atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As sociedades precisam rever práticas de inclusão social associadas às doenças mentais, especialmente no trabalho.

Originalidade/relevância: O tema é original e relevante para a autonomia de tantas mulheres com doenças mentais. O artigo propõe uma agenda de pesquisa sobre a temática.

Palavras-chave: Doenças Mentais. Estigma. Carreira. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Mulheres.

ABSTRACT

Purpose: Estimates from the World Health Organization show that around 450 million people meet the criteria for the diagnosis of some type of mental illness, of which 80% live in low- and middle-income countries, the majority being women. This study aims to verify how the issue of mental health and women's career development has been researched and how the stigma of mental illness impacts women's insertion in the labor market and career development, considering the Sustainable Development Goals.

Method/approach: Studies on career, gender, mental illness and stigma were used. A systematic review of the literature was carried out, analyzing articles indexed in SciELO, Spell, Scopus and Web of Science, following the Prisma method.

Main findings: Academic production is limited to the areas of Medicine and Psychology and to institutions in the Global North. The examined articles indicate that lack of knowledge restricts opportunities for social inclusion of women with mental illnesses; with access to information being an instrument for fostering respect at work.

Theoretical, practical/social contributions: Work contributes to the personal fulfillment and autonomy of women with mental illnesses; helps to reduce stigma; in addition to being a condition for guaranteeing human rights, towards achieving the Sustainable Development Goals. It is necessary for societies to review conceptions and practices of social inclusion associated with mental suffering, especially at work.

Originality/relevance: The theme is original, due to its relevance to the autonomy of so many women who suffer from mental suffering. A research agenda on the subject is proposed.

Keywords: Mental Illness. Stigma. Career. Sustainable Development Goals. Women.

1 INTRODUÇÃO

Estimativas da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2017) mostram que depressão e ansiedade possuem impacto econômico global de um bilhão de dólares por ano, e que em torno de 450 milhões de pessoas no mundo preenchem critérios para o diagnóstico de algum tipo de doença mental, das quais 80% vivem em países de baixa e média renda (Giraldi, 2021), sendo as mulheres a maioria nas estatísticas de serviços de saúde mental. Na contramão, o mercado de trabalho, baseado em princípios neoliberais, exige cada vez maior performance e produtividade dos sujeitos, contribuindo para um desgaste ainda maior da saúde das mulheres, cujas carreiras são formadas pela sobreposição de múltiplos papéis.

Em um pacto global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, lutar contra a desigualdade e a injustiça, e garantir que as pessoas, em todos os lugares,

possam desfrutar de paz e de prosperidade, tem-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais. Ao todo, são 17 objetivos interconectados e 169 metas, que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no mundo todo, os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de atingir a Agenda 2030 (UN, 2021a), sendo o Brasil um dos países que se comprometeu a lutar pela implantação dos ODS em seu território.

Especificamente conectados com esse trabalho citamos o ODS 3, que trata da Saúde e Bem-Estar, tendo definida uma de suas metas, tanto pelas Nações Unidas no geral (UN, 2021a) quanto pelo Brasil em particular (IPEA, 2021), de até 2030 assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; e o ODS 5, que fala sobre a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as meninas e mulheres, no Brasil também buscando eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas (IPEA, 2021). Englobamos ainda o ODS 8, que defende o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; e o ODS 10, que busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles (UN, 2021a).

É indiscutível que a saúde mental é parte indissociável da saúde global e que temáticas relativas à saúde mental vêm despertando atenção da população e de instituições, sejam públicas ou privadas, especialmente nesse momento da pandemia de Covid-19. As orientações sanitárias globais tornaram-se cotidianas na pandemia de Covid-19, reforçando a importância das medidas de prevenção da transmissão da doença. Entretanto, com a pandemia, houve uma piora dos índices de desigualdade social e econômica entre homens e mulheres, como, por exemplo, em relação às taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho, sendo elas as mais afetadas, principalmente nos países em desenvolvimento (CEPAL, 2021; De Moraes et al., 2021; Moreira et al., 2021; Ornell et al., 2020).

Este estudo propõe-se a verificar como a temática saúde mental e desenvolvimento de carreira de mulheres vem sendo pesquisado e como o estigma das doenças mentais impacta na inserção no mercado de trabalho e no desenvolvimento da carreira de mulheres. Inclui-se na análise o contexto de pandemia de Covid-19 e suas medidas de isolamento social, visto que isso afeta diretamente a saúde e o bem-estar das mulheres envolvidas, de suas famílias, carreiras e sociedade de modo geral.

Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática da literatura recente, com o recorte temporal de 2011-2021, analisando criticamente os artigos científicos indexados nas bases de dados bibliográficos indexados na SciELO, Spell, Scopus e Web of Science (WoS). Como o Brasil assumiu o compromisso ao assinar a Agenda 2030 (IPEA, 2021), busca-se também verificar se há produção acadêmica brasileira sobre a temática do presente estudo e suas abordagens.

O estudo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A seção teórica discute saúde mental, carreira profissional de mulheres e estigma, ao trazer um conjunto de conceitos amplos e interligados. Na terceira seção apresenta-se a metodologia, detalhando os procedimentos utilizados para a coleta e análise do corpus de pesquisa. Na quarta seção apresentam-se as análises qualitativa e quantitativa dos dados coletados e suas discussões. Ao final, na quinta seção, expõem-se reflexões e sugere-se possibilidades de pesquisas futuras na área.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O fenômeno da globalização e as conseqüentes modificações nas relações sociais têm resultado em novas formas de sofrimento psíquico, que não se restringem apenas a uma inquietação, mas denunciam processos de fragmentação do ser e fragilidade da própria constituição psíquica (Safra, 2004). O mundo atual apresenta situações que levam o ser humano a adoecer em sua possibilidade de ser: ele vive hoje descentrado de si mesmo, impossibilitado de encontrar, na cultura, os elementos e o amparo necessário para conseguir a superação de suas dificuldades psíquicas (Safra, 2005). Para a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2013), saúde mental refere-se a um bem-estar no qual o indivíduo desenvolve suas habilidades pessoais, consegue lidar com os estresses da vida, trabalha de forma produtiva e encontra-se apto a dar sua contribuição para sua comunidade.

Dados epidemiológicos psiquiátricos apontam que, de maneira geral, as mulheres são maioria nas estatísticas de serviços de saúde mental (Busfield, 1996; Santos & Diniz, 2018). Os diagnósticos também elencam sintomas e problemas que são mais comuns em mulheres, como ansiedade, depressão e transtornos alimentares (Santos & Diniz, 2018; Senicato, Azevedo & Barros, 2018; Silva et al., 2021). A formulação e a execução de políticas públicas de saúde mental igualmente têm a mulher como foco (Salvaro & Mariano, 2021; Maluf, 2010), bem como as ações das indústrias farmacêuticas (Zanello, 2014).

Somado a isso, ao observar a literatura sobre carreira, evidencia-se o surgimento de esforços teóricos que buscam caracterizar e compreender diferentes percursos profissionais e diferentes maneiras de vivenciar dificuldades, incluídas as pertinentes ao marcador de diferença gênero (Fraga, Gemelli & Rocha-de-Oliveira, 2019). Aliás, com relação à discussão sobre gênero, cabe destacar que a análise aqui empreendida não se limita à base biológica, mas inclui os processos históricos que conduzem às práticas em sociedade, sendo que, “as relações de gênero definem-se como relações entre pessoas e grupos, organizadas através dessa arena reprodutiva e se constituem como uma das estruturas principais de todas as sociedades documentadas” (Ariha, Medrado & Unbehaum, 1998, p. 45).

Isso acontece porque a mulher em carreira, além da já conhecida desigualdade salarial em relação aos homens e de seus trabalhos precários, informais e instáveis, também é sobrecarregada com diversos papéis sobrepostos, que envolvem atividades não remuneradas e pouco valorizadas socialmente, como o cuidado com familiares e os afazeres domésticos. Estudo da Cepal (2019) revela que as mulheres latino-americanas gastam mais horas semanais em afazeres domésticos do que os homens, seja na população ocupada ou não. Na maioria das vezes, o dobro, como no Brasil e Uruguai; em outros países, o triplo, como na Colômbia, chegando a seis vezes, como na Guatemala. Tais desigualdades atuam como uma barreira para a participação feminina no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens, e comprometem, além da saúde, o pleno exercício dos direitos e a autonomia das mulheres, sobretudo em tempos de pandemia de Covid-19 (CEPAL, 2021).

Se associamos a doença mental a essa desigualdade já posta em muitas sociedades, teremos adicionais prejuízos de vida e de trabalho para as mulheres, pois a evolução na carreira é um processo que está ligado à trajetória de vida individual. Para Hall (2002), carreira é a percepção individual sobre a sequência de atitudes e comportamentos associados às experiências de trabalho e atividades no decorrer da vida. Trata-se de um processo construído de forma dinâmica, incluindo elementos que estão associados à subjetividade, interrelacionados aos eventos individuais, onde o estigma impacta fortemente.

Para Goffman (1980), o estigma adquirido refere-se a um atributo físico, psíquico ou de caráter, que torna os sujeitos diferentes ou até mesmo inferiores aos olhos dos outros

sujeitos considerados “normais”. Ao definir o estigma não apenas como um atributo pessoal, mas também como uma forma de designação social, o autor esclarece que a sua manifestação é extremamente prejudicial aos que padecem com doenças mentais, visto que as pessoas sem doenças mentais costumam utilizar termos estigmatizantes no discurso diário (por exemplo, retardado, louco, debiloide e débil mental), como fonte de exclusão, sem pensar em seu significado original (Goffman, 1980). Em pesquisa realizada no Canadá, Toth e Dewa (2014) concluíram que trabalhadores com doenças mentais, pelo medo do estigma, pesam os riscos e benefícios de revelar sua condição no local de trabalho. Dessa forma, o estigma torna-se ainda mais difícil de ser combatido, impedindo o desenvolvimento de políticas e práticas organizacionais que melhorem a experiência vivenciada por essas pessoas no mercado laboral.

O estigma representa um empecilho tanto à inclusão social, como à construção e ao fortalecimento da subjetividade, pois, para além do preconceito inculcado na sociedade, existe o preconceito da pessoa mesma com a sua doença mental (Fernandes, 2006). É importante lembrar que o trabalho, lugar onde o sujeito estigmatizado também é tido como indesejável, igualmente é considerado como edificador de identidades individuais (Molinier, 2004; Dejourns, 2008, 2012). E as mulheres com doenças mentais são preteridas no mercado de trabalho, o que alimenta ainda mais as restrições sociais (Assunção, Lima & Guimarães, 2017).

O estigma está relacionado a conhecimentos insuficientes ou inadequados, que levam a preconceitos, discriminação e distanciamento social das pessoas estigmatizadas (Fernandes, 2006; Mascayano et al., 2016). Essa visão tem raízes históricas e culturais complexas, o que dificulta sobremaneira os esforços dos governos e da sociedade civil no processo de inclusão social e ressignificação subjetiva das pessoas com doenças mentais (Rocha, Hara & Paprocki, 2015; Volz et al., 2015). Assim, as mulheres que sofrem de doenças mentais acabam sendo triplamente preteridas no mercado de trabalho: em primeiro lugar, pelo estigma da doença (Assunção, Lima & Guimarães, 2017; Mascayano et al., 2016); em segundo, pela atribuída ausência de capacitação para o trabalho; e, terceiro, pelo fato de serem mulheres (Assunção, Lima & Guimarães, 2017; Julião, Dib & De Oliveira, 2021).

O mercado de trabalho e as organizações são parte ativa das reivindicações da sociedade, por isso a discussão sobre o estigma envolvido na inserção das mulheres com doenças mentais no mercado de trabalho precisaria ser realizada, por meio de conceitos amplos e interligados, como diversidade, inclusão, capacidades/capacitismo e interseccionalidade, que remetem à prontidão das sociedades ao acolhimento. O estigma pode representar uma ameaça à autoestima, relacionamentos e oportunidades de trabalho dessas mulheres (Lai, Hong & Chee, 2000). No entanto, o significado da doença mental é uma construção social e, portanto, mutável – a informação adequada pode desmistificar e ajudar a reduzir o medo e o preconceito que o cercam.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo deste estudo, realizou-se uma revisão sistemática de literatura, utilizada em diversas áreas do conhecimento como método científico para analisar e sintetizar informações relevantes sobre determinado tema. Na área da Administração, por exemplo, a revisão sistemática tem sido amplamente utilizada (Mendes-da-Silva, 2019; Vizeu, Torres & Kolachnek, 2022), e as pesquisas publicadas têm proporcionado novas descobertas e novos olhares conceituais, bem como identificando lacunas e oferecendo subsídios para novas pesquisas (Bacelar et al., 2021; Bidarte, Silva & Scheffer, 2021). Visando apresentar a

revisão sistemática de literatura e reconhecendo a diversidade de procedimentos para a realização de uma, neste estudo seguiu-se a recomendação Prisma (Moher et al., 2009), que consiste em um checklist com 27 itens e um fluxograma de quatro etapas (Figura 1).

Na primeira etapa, buscou-se identificar os registros por meio de pesquisas nas seguintes bases de dados bibliográficas: Scopus, Web of Science (WoS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Scientific Periodicals Electronic Library (Spell). Tal escolha justifica-se por serem as maiores bases de dados bibliográficas internacionais (Scopus e WoS) e nacionais (SciELO e Spell), com revisão por pares e rigorosos critérios de indexação. A coleta de dados nessas bases foi realizada em dezembro de 2021.

Como estratégia de busca, utilizou-se a combinação de termos baseada nas seguintes palavras-chaves a partir da literatura: Carreira (Career) (Fraga, Gemelli & Rocha-de-Oliveira, 2019; Bacelar et al., 2021; Bidarte, Silva & Scheffer, 2021), Doença Mental (Mental Illness) (Mascayano et al., 2016; Silva, M., et al., 2021; Zanello, 2014), e Mulher/es (Woman/Women) (Bidarte, Fleck & Disconzi, 2021; Salvaro & Mariano, 2021; Santos & Diniz, 2018).

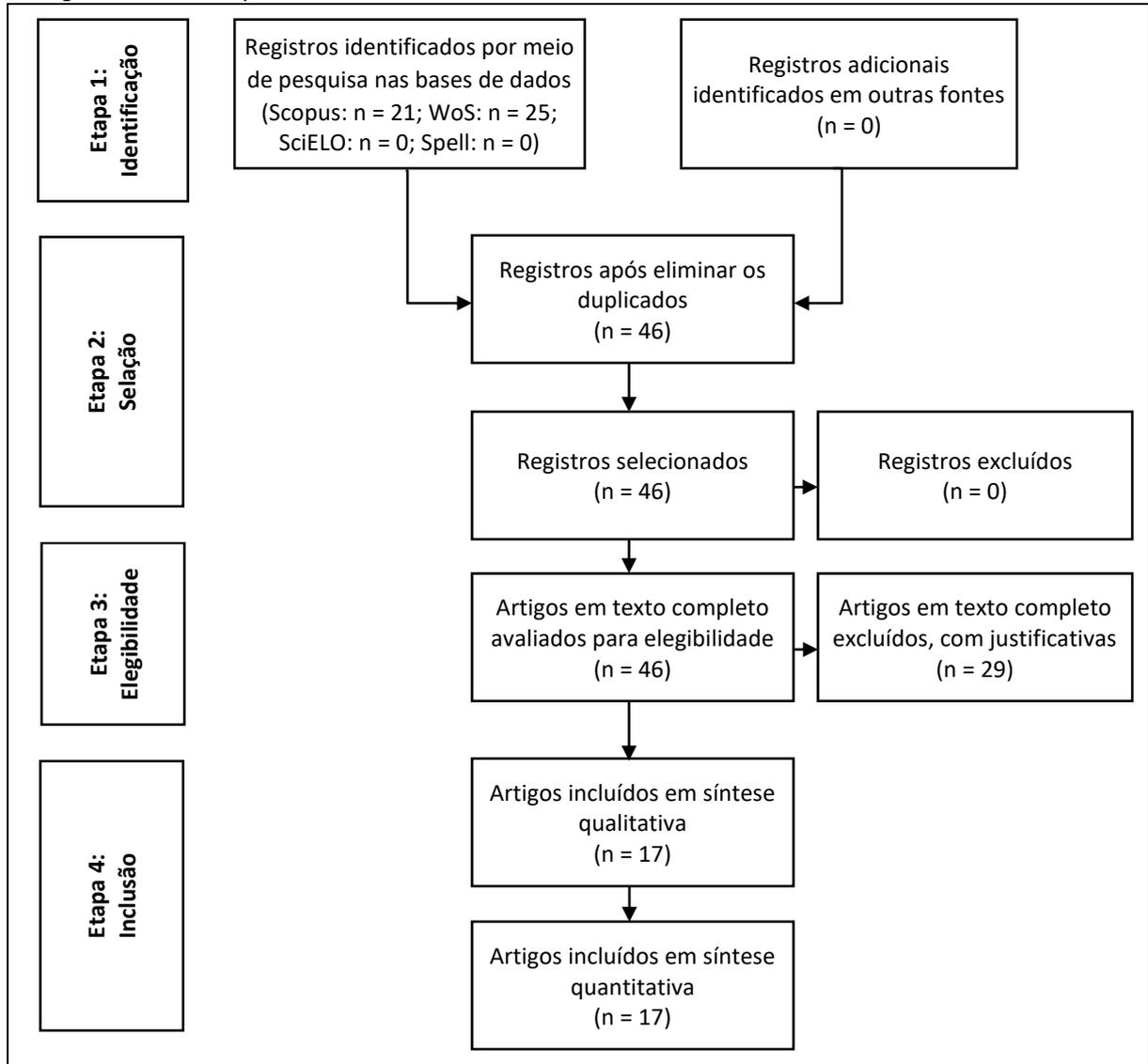
Por exigência das bases, realizou-se a pesquisa na Scopus e na WoS utilizando os termos em inglês; e nas bases brasileiras SciELO e Spell, realizou-se a pesquisa utilizando os termos em português e inglês. Para o cruzamento das palavras-chave, utilizou-se a pesquisa por termos de tópicos (TS: título, resumo, palavras-chave) com apoio do operador booleano "AND", o qual localizou os resultados que contêm todos os referidos termos, restringindo, deste modo, a amplitude da busca.

Realizaram-se os seguintes refinamentos nas pesquisas, buscando restringir a amplitude da busca: considerou-se apenas registros identificados como artigos científicos e publicados nos últimos onze anos (recorte temporal: 2011-2021). Tal decisão justifica-se devido às bases oferecerem documentos com acesso indisponível (livros, capítulos de livros) ou apenas referências que indicam a existência dos documentos. Considerando o olhar interseccional e multidisciplinar, optou-se por não restringir a área de conhecimento, pois os descritores utilizados neste texto são pesquisados em diversos campos de estudo.

Nesta etapa de coleta, foram encontrados os seguintes resultados: total de 46 artigos científicos, sendo 21 artigos na Scopus, e 25 artigos na WoS; nenhum artigo foi encontrado nas bases SciELO e Spell. Com relação aos resultados citados, nota-se que a base de dados WoS apresentou maior participação, com artigos alinhados às temáticas de interesse do presente estudo.

Por meio do fluxograma (Figura 1), apresentam-se os números de artigos rastreados (n=46), selecionados (n=46), avaliados para elegibilidade (n=46) e incluídos nas sínteses qualitativa e quantitativa (n=17). Concluída a busca, avaliamos seus resultados e selecionamos os artigos elegíveis. Para evitar vieses na seleção dos artigos, esta foi realizada pelos pesquisadores de maneira independente e com base nos critérios de elegibilidade da revisão. Após o registro de inclusão ou não de cada artigo, os documentos selecionados foram avaliados em texto completo, observando se de fato atendiam aos critérios da pesquisa. As principais razões para a exclusão dos artigos nas etapas de revisão foram: i) a menção aos termos pesquisados de forma aleatória e ii) a não aderência ao tema e ao corpus de pesquisa.

Figura 1
Fluxograma com as etapas da revisão sistemática de literatura



Fonte: Elaborado pelos autores de acordo com modelo disponibilizado por Moher et al. (2009).

As análises dos artigos científicos foram executadas com auxílio dos softwares Mendeley (agrupamento de dados, conferência de documentos duplicados), Microsoft Excel (gráficos, tabelas, estatísticas) e NVivo (consulta de frequência de palavras). Os artigos selecionados para elegibilidade foram catalogados em uma planilha no software Excel de acordo com as seguintes variáveis de interesse: (1) número de autorias; (2) distribuição dos artigos por país e instituições vinculadas; (3) distribuição dos artigos por periódicos; (4) escopos/área de estudo; (5) distribuição temporal; e (6) palavras-chave. Na seção a seguir, apresenta-se a análise e discussão dos dados coletados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando o recorte temporal, a Tabela 1 apresenta o corpus de pesquisa. De forma geral, verificou-se que os artigos foram escritos em coautoria, entre dois (41,2%) ou mais autores (41,2%); publicados em periódicos da Inglaterra (41,2%) e dos Estados Unidos (35,3%), nas áreas da Medicina (61,1%) e Psicologia (16,7%), porém alguns deles na área das Ciências Sociais (16,7%) e Artes & Humanidades (5,6%); além disso, verificou-se que há autores/as

que possuem vínculo apenas com uma universidade (77,9%) ou com mais de uma universidade (2,3%), outros/as que possuem vínculo com universidade/s e com empresa/s privada/s e/ou hospital/is (15,1%), e outros/as que possuem vínculo apenas com empresa/s privada/s e/ou hospital/is (4,7%).

A partir da análise do corpus de pesquisa, pode-se caracterizar os artigos como pontuais e circunscritos a determinadas realidades, inferindo-se que foram realizados em ambientes conhecidos e de acesso facilitado aos dados. Essas características não significam necessariamente limitações, uma vez que podem servir para o conhecimento de diferentes situações e contextos, onde a saúde mental é relevante para o exame das condições de trabalho. Podem servir também como modelos para estudos semelhantes no futuro, uma vez que as problematizações da saúde mental e as abordagens utilizadas foram bem diversificadas e inspiradoras.

Em relação às abordagens dos artigos constituintes do corpus, verificou-se o predomínio de estudos na área da Saúde (Boyle & Mckinzie, 2018; Hinton, Locock & Knight, 2015; Lev & Goldner, 2020; Major et al., 2021; Phillips & Clarke, 2012; Turner et al., 2017; Wouters & De-Wet, 2016), especialmente os voltados para a incidência de problemas de saúde, inclusive mental, resultantes do estresse laboral e consequente impacto na carreira, devido a redução na produção desses profissionais, focados nas práticas de gestão de pessoas. Tal achado vai ao encontro da prioridade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, qual seja a saúde – especialmente o ODS 3, que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades (UN, 2021a).

Outros artigos do corpus se conectam com o ODS 5, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (UN, 2021a), podendo-se citar, por exemplo, o estudo de Brookes (2011), Davis (2018), Eisenberg-Guyot et al. (2020), Gilaberte et al. (2012), Southern e Miller (2012), Turner et al. (2017), e Wouters e De-Wet (2016). Além disso, alguns artigos tangenciam o ODS 10, que busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles (UN, 2021a), como, por exemplo, os estudos de Davis (2018) e Southern e Miller (2012).

Notou-se a presença de artigos sobre a situação de pessoas encarceradas (DeHart, 2018; Piper & Nagy, 2018), os quais discutem a motivação para os crimes cometidos e a possível influência de doenças mentais prévias nessas atitudes transgressivas. Outro destaque foram os estudos que tratam sobre a posição de inferioridade das mulheres, com ou sem doenças mentais, relativamente aos homens (Brookes, 2011; Davis, 2018; Eisenberg-Guyot et al., 2020; Gilaberte et al., 2012; Southern & Miller, 2012; Turner et al., 2017; Wouters & De-Wet, 2016). Essa inferioridade, em especial a das mulheres com doenças mentais, é igualmente constatada nas relações laborais, como discutem vários dos estudos analisados. Em dois deles (Brookes, 2011; Davis, 2018), as mulheres profissionais somente tiveram o reconhecimento de sua grande contribuição para a área onde atuavam anos após a sua morte, e uma das justificativas apontadas para tal é a “loucura” que supunham que algumas delas demonstravam.

Tabela 1

Apresentação do corpus de pesquisa

Autores/as	N. de autorias	Ano de Publicação	Periódico	País do Periódico	Escopo do Periódico
Brookes	1	2011	Canadian Bulletin of Medical History	Canadá	Medicina: Medicina Geral
Gilaberte et al.	4	2012	Fundación Educación Médica	Espanha	Ciências Sociais: Educação
Phillips & Clarke	2	2012	Medical Education	Estados Unidos	Educação para profissionais de saúde
Southern & Miller	2	2012	British Journal of Guidance & Counselling	Inglaterra	Psicologia: Psicologia Aplicada
Hinton, Locock & Knight	3	2015	British Journal of General Practice	Inglaterra	Medicina: Prática Familiar
Wouters & De-Wet	2	2015	Sociology of Health & Illness	Estados Unidos	Ciências Sociais: Saúde; Medicina: Política de Saúde, Saúde Pública, Saúde Ambiental e Ocupacional
Auerbach et al.	36	2016	Psychological Medicine	Inglaterra	Medicina: Psiquiatria e Saúde Mental; Psicologia: Psicologia Aplicada
Major et al.	4	2016	Journal of Community Nursing	Inglaterra	Enfermagem: Cuidados Comunitários e Domiciliares
Jung et al.	6	2017	Indian Journal of Psychiatry	Índia	Medicina: Psiquiatria e Saúde Mental
Turner et al.	9	2017	Gynecologic Oncology	Estados Unidos	Medicina: Obstetrícia, Ginecologia e Oncologia
Davis	1	2018	Journal of Southern African Studies	Inglaterra	Ciências Sociais: Sociologia, Ciência Política, Geografia, Planejamento e Desenvolvimento; Artes e Humanidades: Diversos
DeHart	1	2018	Criminal Justice and Behavior	Estados Unidos	Ciências Sociais: Direito; Psicologia: Psicologia Geral; Medicina: Patologia e Medicina Legal
Gilbert & Dako-Gyeke	2	2018	Social Work Education	Inglaterra	Ciências Sociais: Educação, Ciências Sociais (diversos)
Piper & Nagy	2	2018	Journal of Australian Studies	Austrália	Artes e Humanidades: História e Literatura e Teoria Literária; Ciências Sociais: Estudos Culturais, Sociologia, Ciência Política e Relações Internacionais
Eisenberg-Guyot et al.	6	2020	Social Science & Medicine	Estados Unidos	Pesquisa de ciências sociais em saúde
Lev & Goldner	2	2020	Disability and Rehabilitation	Inglaterra	Medicina: Incapacidade, Reabilitação
Boyle & McKinzie	2	2021	Journal of Interpersonal Violence	Estados Unidos	Psicologia: Psicologia Clínica e Aplicada

O estudo de Turner et al. (2017), agrega avaliando o impacto do esgotamento na produtividade de oncologistas ginecológicos durante a primeira metade de sua carreira. Os dados obtidos foram usados para estimar a probabilidade de burnout para oncologistas

ginecológicos masculinos e femininos, ocorrência de depressão, abuso de álcool e aposentadoria precoce. Os autores relatam que as taxas de burnout foram significativamente maiores entre as mulheres, 41% em comparação com 27% dos homens, o que confirma os estudos realizados por Maluf (2010), Zanello (2014) e Salvaro e Mariano (2021). Elas também sofrem assédio sexual e moral, desigualdade salarial, diminuição da promoção acadêmica e estresse relacionado às expectativas da sociedade para que desempenhem seus múltiplos papéis. Para os autores, esse é um problema sério, haja vista a estimativa de que, em poucos anos, 80% dos profissionais dessa especialidade serão mulheres.

A preocupação com o desenvolvimento ou agravamento de doenças mentais durante os anos de universidade e de formação profissional é trazida por algumas pesquisas (Auerbach et al., 2016; Boyle & McKinzie, 2021; Gilbert & Dako-Gyeke, 2018). As análises realizadas por Auerbach et al. (2016) em amostras de homens e mulheres constataram diferenças importantes entre os grupos, como por exemplo, a depressão foi a doença mental mais frequente entre as mulheres. Evitar o fortalecimento de doenças mentais no início da trajetória universitária pode ter efeito na permanência de universitários nos cursos e na prevenção de comprometimentos que possam interferir na carreira profissional futura. Gilbert e Dako-Gyeke (2018) discorrem sobre a falta de interesse dos estudantes de Serviço Social em Gana, em trabalhar com questões relativas à saúde mental. Para as autoras, a formação de prestadores de cuidados de saúde mental é uma agenda emergente no país, uma vez que os curandeiros tradicionais e religiosos ainda são fonte de busca de ajuda entre aqueles com transtornos de saúde mental.

Boyle e McKinzie (2021) abordam o custo psicológico de passar por experiências de violência interpessoal durante o curso em uma universidade pública de Direito nos Estados Unidos. Os autores alegam que tais experiências estão ligadas ao desenvolvimento de doenças mentais, especialmente nos alunos de pós-graduação, que costumam ficar mais isolados do que os estudantes de graduação. Além disso, os resultados apontaram para taxas mais altas de assédio sexual entre a população LGBTQIA+, mulheres e estudantes multirraciais, e maiores taxas de coerção e perseguição entre as mulheres.

Neste ponto, torna-se importante frisar que os reflexos das doenças mentais na carreira laboral podem ser inúmeros: decréscimo na qualificação e remuneração, desadaptação, agravamentos, absenteísmo, etc. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2013, 2022a), essas são condições que podem gerar insatisfação na carreira, estigma e exclusão no mercado de trabalho. A OMS alerta ainda que os impactos das doenças mentais vão também além dos efeitos nos indivíduos, afetando toda a comunidade em função da diminuição na produtividade e perdas do potencial humano, o que amplia de forma significativa o escopo do problema (WHO, 2022b). Somente com saúde mental o indivíduo tem melhores condições de desenvolver suas habilidades pessoais, lidar com os estresses da vida, trabalhar de forma produtiva e encontrar-se apto a dar sua contribuição para sua comunidade (MHF, 2016).

Outros estudos também tratam da influência de preconceitos na execução de atividades profissionais (Gilaberte et al., 2012; Jung et al., 2017; Phillips & Clarke, 2012; Southern & Miller, 2012). Gilaberte et al. (2012) apontam para a existência de indícios de que os homens têm uma percepção mais negativa da doença mental e que as mulheres têm menos probabilidade de demonstrar preconceito ou discriminação em relação a pessoas com doença mental, por possuírem uma maior empatia social. Jung et al. (2017) examinam a percepção, por meio de um inventário, sobre doença mental entre funcionários de centros comunitários de assistência social em uma instituição de saúde na Coreia do Sul. O estudo foi feito com base

estar emocional e mental. Segundo o estudo, das entrevistadas, 89% relataram que seu transtorno de saúde afetou negativamente seu bem-estar emocional e mental, sendo que as mulheres que sofrem com transtorno de saúde vulval tiveram duas vezes mais chances de ter depressão e relataram ter considerado automutilação ou suicídio em decorrência de sua condição.

Sobre educação (“education”) e violência (“violence”) pode-se inferir, inclusive, que são termos proporcionalmente inversos: quanto mais educação uma sociedade possui, menos violência e discriminação causa/sofre. A educação, portanto, está relacionada com a já mencionada prontidão ao acolhimento de diferenças, que depende da forma como, por exemplo, a saúde mental é discutida e incluída nos diferentes países e contextos. Além disso, alguns artigos (Auerbach et al., 2016; Boyle & Mckinzie, 2021; Phillips & Clarke, 2012; Turner et al., 2017) trouxeram a relevância de comportamentos discriminatórios ou não, sobre a saúde mental em situações de formação universitária ou início de carreira profissional.

Identidade (“identity”) e cultura de impressão (“print culture”) também estão conectadas, pois aceitar as identidades dos indivíduos inclui aceitar as suas próprias diferenças. O estudo realizado por Southern e Miller (2012) sobre mulheres indígenas da Nova Zelândia é um exemplo do quanto a cultura e a identidade têm importante posição nas relações de trabalho (“work”, “employment”). Da mesma forma, o estudo de Wouters e De-Wet (2016), que trata sobre a experiência de mulheres com HIV na África do Sul, inclusive em suas relações laborais, demonstra que a interação entre aspectos estruturais (estigmatizantes), relações sociais, e a doença (e seu tratamento) resulta em um ciclo interminável de avaliações de identidade, que impactam as suas carreiras.

Termos como Botsuana (“Botswana”) e África do Sul (“South Africa”), mencionados nos estudos de Davis (2018) e de Wouters e De-Wet (2016), também nos remetem às interseccionalidades (Bilge, 2009; Collins & Bilge, 2021; Crenshaw, 1989), uma vez que a partir dessas inter-relações as mulheres de países periféricos têm suas dificuldades ampliadas. A interseccionalidade “investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (Collins & Bilge, 2021, p. 12). Dessa forma a interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins & Bilge, 2021) - uma ferramenta que buscou-se adotar nesse estudo.

Neste ponto, o estudo de Davis (2018) mostra como os relacionamentos da escritora sul-africana Bessie Head com seus editores em Londres e Nova York foram turbulentos e frustrantes durante o processo de publicação da sua obra em 1973. Bessie não somente enfrentou dificuldades para conseguir que o manuscrito fosse aceito, mas também para manter sua carreira literária e obter royalties ou remuneração. Os biógrafos de Bessie atribuíram suas batalhas devido à sua natureza volátil e doença mental, mas também pesou o fato de ser uma mulher africana. A obra “A Question of Power” tornou-se um dos romances mais aclamados de Bessie, sendo, em 1981, classificado pela revista Black Scholar como o oitavo dos “15 livros mais influentes da década”, e listado como um dos “100 melhores livros da África”, em 2002, sendo traduzido para francês e espanhol e produzido em várias edições de bolso. Os conflitos que ocorreram entre Bessie Head e seus editores fornecem uma visão sobre as estruturas de poder ocultas e as desigualdades endêmicas no ‘mundo da escrita’ anglo-americano, o que se repete em tantos outros lugares.

Fundamental destacar que não apareceu no corpus analisado o termo capacitismo (“ableism”), definido por Campbell (2001, 2019). Entretanto, alguns artigos do corpus trazem a expressão “disability” que pode ser traduzida como “deficiência” e, dessa forma, está

conectada com o conceito de capacitismo, justamente por também considerar a pessoa com doença mental como incapaz. Por exemplo, o estudo de Eisenberg-Guyot et al. (2020), ao tratar sobre as trajetórias de vida, relacionando melhores condições de emprego com melhores condições de saúde mental nos Estados Unidos, ou seja, aquelas pessoas que possuem empregos precários sofrem mais de deficiências; o estudo de Gilbert e Dako-Gyeke (2018), ao abordar sobre a falta de interesse dos estudantes de serviço social ganenses em seguir carreira trabalhando com pessoas com deficiência; o estudo de Lev e Goldner (2020), ao explicar como as mulheres com a síndrome de fibromialgia lutam para manterem-se nos seus trabalhos e com saúde mental, após receberem o diagnóstico; e o estudo de Southern e Miller (2012), ao discorrer sobre a centralidade do trabalho para a identidade de mulheres com doença mental na Nova Zelândia.

Além disso, o termo estigma (“stigma”) observado na Figura 2, que foi utilizado por alguns estudos do corpus analisado (Gilaberte et al., 2012; Gilbert & Dako-Gyeke, 2018; Jung et al., 2017), é justamente o propulsor do capacitismo, visto que é a estigmatização da pessoa com doença mental que faz com que ela seja vista como incapaz de participar da sociedade de forma efetiva (Campbell, 2001; 2019; Brown & Leigh, 2018; Giese & Ruin, 2018; Mik-Meyer, 2016). Acredita-se que a falta de visibilidade do termo capacitismo (“ableism”) se deve ao fato de ser um conceito relativamente novo, o qual ganhou notoriedade nos Estados Unidos na década de 1980, durante os movimentos pelos direitos das Pessoas com Deficiência, cunhado por Campbell (2001, 2019). Entretanto, dada a relevância do assunto, acredita-se que estudos ainda versarão sobre o tema.

A inexistência de discussões sobre formas de prevenir e acabar com o preconceito e o estigma associado às doenças mentais é um ponto mencionado por alguns estudos (Gilaberte et al., 2012; Gilbert & Dako-Gyeke, 2018; Jung et al., 2017). E isso dificulta o atingimento dos ODS, em especial as metas do ODS 5, de até 2030, acabar com todas as formas de discriminação, contra todas as mulheres e meninas em toda partes (meta 5.1) e garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança, em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública (meta 5.5); do ODS 8, de alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor (meta 8.5); e do ODS 10, de empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra (meta 10.2) (UN, 2021a), especialmente em tempos de pandemia de Covid-19.

Curiosamente, na Figura 2 não se observaram termos relacionados à pandemia de Covid-19. Acredita-se que isso ocorreu devido ao tempo necessário para a publicação de novas pesquisas. Entretanto, acredita-se que uma onda de estudos em diversas áreas deva surgir após o término da pandemia, haja vista o aumento exponencial do número de casos de mulheres com doenças mentais, que surgiram como consequência do período de isolamento, bem como o agravamento de muitos dos quadros já existentes (UN, 2021b).

Como apontado pelo relatório divulgado pela ONU Mulheres (UN, 2021b), as mulheres são afetadas de maneira mais severa pela Covid-19. Elas estão mais expostas ao risco de contaminação e às vulnerabilidades sociais decorrentes da pandemia, como desemprego, violência, falta de acesso aos serviços de saúde e aumento da pobreza, o que afeta mais diretamente as mulheres com doenças mentais – particularmente em países periféricos, a exemplo do Brasil (IPEA, 2021). Muitas mulheres precisam cumprir dupla e até tripla jornada de trabalho, sendo as maiores responsáveis pelo trabalho reprodutivo (CEPAL, 2019; Bidarte

& Fleck, 2020), além das preocupações relacionadas ao próprio vírus, como iminência de contaminação, necessidade de mudanças de hábitos de higiene, redução de convívio social, familiares adoecidos, etc. (CEPAL, 2021). Todas essas circunstâncias geram estresse e podem ser gatilhos detonadores de doenças mentais (Santos & Diniz, 2018; Serafim et al., 2021). Esse contexto mostra-se como uma oportunidade de agenda de pesquisa necessária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revisional proposta trouxe um indicativo de como a temática saúde mental e desenvolvimento de carreira de mulheres vem sendo pesquisada, sem limitar-se à descrição e síntese dos resultados encontrados no corte temporal de onze anos. O estudo buscou também refletir sobre os contextos e temas relacionados aos propostos, a partir da leitura qualificada dos artigos, de modo a ampliar e contribuir para o debate teórico sobre o tema. Além disso, buscou-se analisar possíveis conexões entre os achados desses estudos, com os ODS propostos pela ONU, a fim de atingir a Agenda 2030 (UN, 2021a).

Ficou evidente que os desafios que as mulheres com doenças mentais enfrentam no desenvolvimento de sua carreira são ainda maiores que os vivenciados por mulheres sem doenças mentais. Isso se deve ao estigma atrelado à doença, que faz com que essas pessoas sejam inferiorizadas e consideradas incapazes para o trabalho. O estigma, além de ser um empecilho para a inclusão social e no mercado de trabalho, também interfere na construção e no fortalecimento da subjetividade, pois, para além do preconceito existente na sociedade, há o preconceito da própria mulher com relação à sua doença mental.

A inclusão social pelo trabalho, foco do presente estudo, exerce papel de suma importância no processo de redução do estigma social pela saúde mental. Além disso, é condição essencial para a garantia dos direitos humanos das mulheres, bem como a aceleração rumo ao progresso e o atingimento dos ODS previstos pela Agenda Global. De fato, a pandemia causou e seguirá causando um grande impacto na saúde e no bem-estar de muitos grupos vulneráveis, sendo que as mulheres estão entre as mais afetadas (UN, 2021b). Não é por acaso que neste estudo teve destaque o papel central da Saúde e do Bem-Estar, especialmente em relação ao ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Além disso, reforçando a importância do debate sobre as questões de gênero, analisou-se o corpus com a lente do ODS 5, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; do ODS 8, que defende o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; e do ODS 10, que busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles (UN, 2021a). Tais conexões entre o corpus e os ODS demonstram a atualidade e a pertinência do presente estudo.

De forma geral, os resultados apontam que as consequências para as mulheres que sofrem com o estigma relacionado às doenças mentais são graves e sua discriminação no mundo laboral causa inúmeros prejuízos, como baixa autoestima, baixa autoconfiança e baixa qualidade de vida. Sabe-se o quanto esses danos são impactantes, visto que acabam por refletir em toda família, muitas vezes providas por essa mulher. O desconhecimento e a desinformação alimentam preconceitos e restringem as oportunidades de inclusão social das mulheres com doenças mentais; por outro lado, o acesso à informação adequada é considerado um poderoso instrumento de sensibilização para o desenvolvimento social e respeito à diversidade no ambiente laboral. O trabalho tem grande repercussão na vida de todos os indivíduos e é apontado como atividade fundamental para a realização pessoal, desenvolvimento da autoestima, interação social, sentimento de pertença e capacidade, bem

como construção de identidade e autonomia. Frente a isso, torna-se necessário que a sociedade reveja o seu olhar e suas práticas, visando à aceitação da diversidade e à inclusão social pelo trabalho.

Por fim, tendo em vista o escopo complexo e integrado mencionado, este estudo ainda buscou identificar lacunas que possam ser consideradas em pesquisas futuras na área, trazendo-as para o debate acadêmico, tais como os impactos da pandemia de Covid-19 na inserção laboral das mulheres com doenças mentais; e, no campo da Administração, especialmente voltada para a área de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, o papel da gerência e das políticas de inclusão, acolhimento e valorização das mulheres com doenças mentais no ambiente organizacional. A promoção dos ODS é um caminho para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, de especial modo neste período, para enfrentar as consequências do isolamento provocado pela pandemia, fatores agravantes da doença mental. Deste modo, sugere-se como pesquisa futura, que uma nova busca seja realizada nas bases de dados, com ênfase no Brasil e outros países que apresentam dificuldades de implementação dos ODS.

REFERÊNCIAS

- Arilha, M., Ridenti, S., & Medrado, B. (1998). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Editora 34.
- Assunção, A., Lima, E., & Guimarães, M. (2017). Transtornos mentais e inserção no mercado de trabalho no Brasil: um estudo multicêntrico nacional. *Cad. Saúde Pública*, 33, 815. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00166815>
- Auerbach, R., et al. (2016). Mental disorders among college students in the World Health Organization world mental health surveys. *Psychological medicine*, 46(14), 2955-2970. <https://doi.org/10.1017/S0033291716001665>
- Bacelar, A., et al. (2021). Carreiras femininas: uma revisão sistemática sobre trajetórias profissionais. *ReCaPe*, 11(2), 201-217. <https://doi.org/10.23925/recape.v11i2.48009>
- Bidarte, M., & Fleck, C. (2020). Evolução da Participação Feminina e Masculina em Afazeres Domésticos no Brasil. *Oikos - Família e Sociedade em Debate*, 30(1), 87-103. <https://doi.org/10.31423/oikos.v30i1.8282>
- Bidarte, M., Fleck, C. & Disconzi, C. (2021). As mulheres como tema de pesquisa na Administração: uma análise sobre o que a academia vem priorizando quando elas são o foco de estudo. *Caderno Espaço Feminino*, 34(2), 257-280. <https://doi.org/10.14393/CEF-v34n2-2021-15>
- Bidarte, M., Silva, B., & Scheffer, A. (2021). Carreiras Sustentáveis e Gênero: Revisão Sistemática da Literatura. In: *XLV Encontro da ANPAD – EnANPAD*. <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001141035&loc=2022>
- Bilge, S. (2009). Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, 1, 225, p. 70-88. <https://doi.org/10.3917/dio.225.0070>
- Boyle, K., & Mckinzie, A. (2021). The prevalence and psychological cost of interpersonal violence in graduate and law school. *J Interpers Violence*, 36(13-14), 6319-6350. <https://doi.org/10.1177/0886260518816329>



- Brookes, B. (2011). An Illness in the Family: Dr. Maude Abbott and Her Sister, Alice Abbott. *Can Bull Med Hist.*, 28(1), 171-190. <https://doi.org/10.3138/cbmh.28.1.171>
- Brown, N., & Leigh, J. (2018). Ableism in academia: where are the disabled and ill academics? *Disability & Society*, 33(6), 985-989. <https://doi.org/10.1080/09687599.2018.1455627>
- Busfield, J. (1996). *Men, Women, and Madness: Understanding Gender and Mental Disorder*. New York: New York University Press.
- Campbell, F. (2001). Inciting Legal Fictions: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law. *Griffith Law Review*, 10(1), 42-62. <http://hdl.handle.net/10072/3714>
- Campbell, F. (2019). Precision ableism: a studies in ableism approach to developing histories of disability and abledment, *Rethinking History*, 23(2), 138-156. <https://doi.org/10.1080/13642529.2019.1607475>
- Comisión Econômica para América Latina y El Caribe - CEPAL. (2019). *Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe*. Estadísticas de género. Santiago de Chile: CEPAL. <https://oig.cepal.org/es>
- Comisión Económica para América Latina y El Caribe - CEPAL. (2021). *Panorama Social de América Latina 2020*. Santiago de Chile: CEPAL. <https://hdl.handle.net/11362/47718>
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). Interseccionalidade. Boitempo Editorial. <https://doi.org/10.34619/nryd-y4mi>
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 139-167. <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Davis, C. (2018). Question of Power: Bessie Head and her Publishers. *Journal of Southern African Studies*, 44(3), 491-506. <https://doi.org/10.1080/03057070.2018.1445354>
- DeHart, D. (2018). Women's pathways to crime: A heuristic typology of offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 45(10), 1461-1482. <https://doi.org/10.1177/0093854818782568>
- Dejours, C. (2008). Adendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: Lacman, S.; Sznelwar, L. (Org.). *Cristophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp. 49-106) (2. ed.). Rio de Janeiro: Paralelo 15/Fiocruz. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000300039>
- Dejours, C. (2012). Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 363-371. <https://www.scielo.br/j/pe/a/ZCgmnvttLdFqdzFb3tdZ3zt/>
- De Moraes, C. P. et al. (2021). Impacto da pandemia na saúde mental dos profissionais de saúde que trabalham na linha de frente da Covid-19 e o papel da psicoterapia. *Brazilian Journal of Development*, 7(1), 1660-1668. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-113>
- Eisenberg-Guyot, J. et al. (2020). Life-course trajectories of employment quality and health in the US: A multichannel sequence analysis. *Social Science & Medicine*, 264. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.113327>
- Fernandes, P. (2006). Percepção de estigma na epilepsia. *Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology*, 12(4), 207-218. <https://doi.org/10.1590/S1676-26492006000700005>



- Fraga, A., Gemelli, C., & Rocha-de-oliveira, S. (2019). Cenário das Publicações Científicas em Carreira e Gênero. *RPCA*, 13(3), 158-178. <https://doi.org/10.12712/rpca.v13i3.27973>
- Giese, M., & Ruin, S. (2018). Forgotten bodies – an examination of physical education from the perspective of ableism. *Sport in Society*, 21(1), 152-165. <https://doi.org/10.1080/17430437.2016.1225857>
- Gilaberte, I., et al. (2012). Actitud de los alumnos de quinto de medicina hacia la salud mental. *Educación Médica*, 15(4), 227-233. <https://scielo.isciii.es/pdf/edu/v15n4/original3.pdf>
- Gilbert, D., & Dako-Gyeke, M. (2018). Lack of mental health career interest among Ghanaian social work students: implications for social work education in Ghana. *Social Work Education*, 37(5), 665-676. <https://doi.org/10.1080/02615479.2018.1447102>
- Giraldi, R. (2021). O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira. *Correio Braziliense*. <http://bit.ly/3IYfHoh>
- Goffman, E. (1980). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Hall, D. T. (2002). *Careers in and out of organizations*. London: Sage.
- Hinton, L., Locock, L., & Knight, M. (2015). Support for mothers and their families after life-threatening illness in pregnancy and childbirth: a qualitative study in primary care. *Br J Gen Pract.*, 65(638), e563-e569. <https://doi.org/10.3399/bjgp15X686461>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2021). Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: IPEA. <https://www.ipea.gov.br/ods/>
- Julião, H., Dib, A., & Oliveira, L. (2021). Desigualdade de gênero no mercado de trabalho e as formas de enfrentamento alicerçadas na OIT. *Brazilian Journal of Development*, 7(3), 24482-24499. <https://doi.org/10.34117/BJDV7N3-245>
- Jung, W., et al. (2017). Attitudes toward the mentally ill among community health-related personnel in South Korea. *Indian Journal of Psychiatry*, 59(3), 328. <https://doi.org/10.4103>
- Lai, Y., Hong, C., & Chee, C. (2000). Stigma of mental illness. *Singapore Med J*, 42(3), 111-114. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11405561/>
- Lev, M., & Goldner, L. (2020). Work volition in women with fibromyalgia: a phenomenological analysis. *Disability and Rehabilitation*, p. 1-9. <https://doi.org/10.1080/09638288.2020.1827050>
- Major, J., et al. (2021). The impact of vulval disease on patients' quality of life. *Journal of Community Nursing*, 30(2). <https://doi.org/10.1111/ajd.13197>
- Maluf, S. (2010). Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais. In: Maluf, S., & Tornquist, C. *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. (pp.21-68). Florianópolis: Letras Contemporâneas. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000600013>

- Mascayano, F., et al. (2016). Stigma toward mental illness in Latin America and the Caribbean: a systematic review. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 38, 73-85. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2015-1652>
- Mendes-da-Silva, W. (2019). Contribuições e limitações de revisões narrativas e revisões sistemáticas na área de negócios. *RAC*, 23(2), 1-11. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190094>
- Mental Health Foundation - MHF. (2016). Fundamental facts about mental health 2016. Mental Health Foundation: London.
- Mik-Meyer, N. (2016). Othering, ableism and disability: a discursive analysis of co-workers? Construction of colleagues with visible impairments. *Human Relations*, 69(6), 1341–1363. <https://doi.org/10.1177/0018726715618454>
- Moher, D., et al. (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. *PLoS Med.*, 6(7). <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Molinier, P. (2004). Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. *Production*, 14(3), 14-26. <https://doi.org/10.1590/s0103-65132004000300003>
- Moreira, W., et al. (2021). Intervenções em saúde mental implementadas na pandemia de COVID-19: quais as evidências? *Revista Brasileira de Enfermagem*, 74. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2020.49923>
- Ornell, F., et al. (2020). Pandemia de medo e COVID-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. *Revista debates in psychiatry*. <https://doi.org/10.25118/2236-918X-10-2-2>
- Phillips, S., & Clarke, M. (2012). More than an education: the hidden curriculum, professional attitudes and career choice. *Medical education*, 46(9), 887-893. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2923.2012.04316.x>
- Piper, A., & Nagy, V. (2018). Risk factors and pathways to imprisonment among incarcerated women in Victoria, 1860–1920. *Journal of Australian Studies*, 42(3), 268-284. <https://doi.org/10.1080/14443058.2018.1489300>
- Rocha, F., Hara, C., & Paprocki, J. (2015). Doença mental e estigma. *Rev Méd Minas Gerais*, 25(4), 590-6. <https://dx.doi.org/10.5935/2238-3182.20150127>
- Safra, G. (2004). *A poética na clínica contemporânea*. Aparecida, SP: Idéias & Letras. São Paulo: Unimarco Editora.
- Safra, G. (2005). *A face estética do self: teoria e clínica*. Aparecida, SP: Idéias & Letras. São Paulo: Unimarco Editora.
- Salvaro, G., & Mariano, P. (2021). Saúde mental de trabalhadoras em estudo: contribuições ao debate de gênero. *Psicologia em Estudo*, 26. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v26i0.44059>
- Santos, L., & Diniz, G. (2018). Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial. *Psicologia Clínica*, 30(1), 37-59. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n01A02>



- Senicato, C., Azevedo, R., & Barros, M. (2018). Common mental disorders in adult women: identifying the most vulnerable segments. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 2543-2554. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.13652016>
- Serafim, A., et al. (2021). Exploratory study on the psychological impact of COVID-19 on the general Brazilian population. *PLoS One*, 16(2), e0245868. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0245868>
- Silva, M., et al. (2021). Risk and vulnerability situations in relation to possible mental disorders in children, adolescents and women. *Research, Society and Development*, 10(14). <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21987>
- Southern, A.; Miller, J. (2012). Work and psychiatric illness in Aotearoa/New Zealand: implications for career practice. *British Journal of Guidance & Counselling*, 40(3), 221-233. <https://doi.org/10.1080/03069885.2012.678289>
- Toth, K., & Dewa, C. (2014). Employee decision-making about disclosure of a mental disorder at work. *J Occup Rehabil.*, 24(4), 732-746. <https://doi.org/10.1007/s10926-014-9504-y>
- Turner, T., et al. (2017). The impact of physician burnout on clinical and academic productivity of gynecologic oncologists: a decision analysis. *Gynecologic oncology*, 146(3), 642-646. <https://doi.org/10.1016/j.ygyno.2017.06.026>
- United Nation. (2021a). Department of Economic and Social Affairs - Sustainable Development. *Sustainable Development Goals (SDGs)*. <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: jan. 2022.
- United Nation. (2021b). ONU Mulheres. *Mulheres no centro da luta contra a crise Covid-19*. <http://www.onumulheres.org.br/covid-19/>
- Vizeu, F., Torres, K., & Kolachnek, L. (2022). Revisão sistemática de literatura? Depende! Limites de procedimentos quantitativos de análise de literatura na área de Administração. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 21(2), 213-241. <http://dx.doi.org/10.21529/RECADM.2022008>
- Volz, P., et al. (2015). A inclusão social pelo trabalho no processo de minimização do estigma social pela doença. *Saúde e Sociedade*, 24, 877-886. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015130040>
- World Health Organization - WHO. (2013). *Mental Health Action Plan (2013-2020)*. WHO: Genebra. https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/89966/9789241506021_eng.pdf?sequence=1
- World Health Organization - WHO. (2017). *mhGAP: Mental Health Gap Action Programme*. WHO: Geneva. <https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/treatment-care/mental-health-gap-action-programme>
- World Health Organization - WHO. (2022a). *World mental health report: Transforming mental health for all*. WHO: Geneva. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/356119/9789240049338-eng.pdf?sequence=1>



- World Health Organization - WHO. (2022b). Com depressão no topo da lista de causas de problemas de saúde, OMS lança a campanha “Vamos conversar”. bit.ly/3Y1PQzV.
- Wouters, E., & De Wet, K. (2016). Women's experience of HIV as a chronic illness in South Africa: hard-earned lives, biographical disruption and moral career. *Sociology of health & illness*, 38(4), 521-542. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.12377>
- Zanello, V. (2014). A saúde mental sob o viés do gênero: uma releitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: Zanello, V., & Andrade, A. *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade*. (pp. 41-58). Curitiba: Appris. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>